

Republicado



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E
DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES**

PREÇO BASE: 231.650,64 €

Concurso Público nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 16.º e alínea a) do n.º 1 do art.º 20 do Código dos Contratos Públicos (CCP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES
ÍNDICE

SECÇÃO I -	DISPOSIÇÕES GERAIS	3
ARTIGO 1.º -	OBJETO DO CONCURSO	3
ARTIGO 2.º -	ENTIDADE ADJUDICANTE.....	3
ARTIGO 3.º -	ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR.....	3
ARTIGO 4.º -	CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E RESPECTIVO FORNECIMENTO.....	3
ARTIGO 5.º -	INSPEÇÃO AO LOCAL	4
ARTIGO 6.º -	ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
ARTIGO 7.º -	CONCORRENTES E AGRUPAMENTO DE CONCORRENTES	6
SECÇÃO II -	PROPOSTAS	6
ARTIGO 8.º -	PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	6
ARTIGO 9.º -	DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PROPOSTA.....	8
ARTIGO 10.º -	PROPOSTAS VARIANTES E PROPOSTAS PARCIAIS.....	10
ARTIGO 11.º -	PREÇO BASE	10
ARTIGO 12.º -	PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	11
SECÇÃO III -	ADJUDICAÇÃO	11
ARTIGO 13.º -	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	11
ARTIGO 14.º -	JÚRI DO CONCURSO	11
ARTIGO 15.º -	ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS	12
ARTIGO 16.º -	RELATÓRIO PRELIMINAR	12
ARTIGO 17.º -	AUDIÊNCIA PRÉVIA	13
ARTIGO 18.º -	RELATÓRIO FINAL	13
ARTIGO 19.º -	ADJUDICAÇÃO	13
ARTIGO 20.º -	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	14
ARTIGO 21.º -	CAUÇÃO.....	16
ARTIGO 22.º -	CONTRATO.....	16
ARTIGO 23.º -	DESPESAS E ENCARGOS	16
ARTIGO 24.º -	DADOS PESSOAIS	16
ARTIGO 25.º -	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	17
ANEXO I -	DEUCP- PRÉ-PREENCHIDO- FORMATO XML.....	18
ANEXO II -	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS.....	19
ANEXO III -	MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL	20
ANEXO IV -	FORMULÁRIO DE PREÇOS E DEMAIS ELEMENTOS.....	21
ANEXO V -	MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO	24

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

Secção I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º - OBJETO DO CONCURSO

1. Constitui objeto do procedimento de **CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE**, a **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS DURANTE 36 MESES**, para a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E., em conformidade com o estabelecido no presente caderno de encargos e respetivas cláusulas técnicas/especiais.
2. Para efeitos do disposto no artigo 46.º-A do CCP, a decisão de não contratação por Lotes no âmbito do presente procedimento, decorre da abrangência do objeto do procedimento, não se afigurando exequível, por motivos técnicos, operacionais, e financeiros a sua organização em Lotes, entendendo-se adequado que a execução deste tipo de serviços seja levada a cabo por uma única entidade

Artigo 2.º - ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade adjudicante é a UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E.P.E, adiante designada por ULSCB, com o NIF 509 309 844 e sita na Avenida Pedro Álvares Cabral 6000-084 CASTELO BRANCO, com os seguintes contactos: Website: www.ulscb.min-saude.pt; Email: concursos@ulscb.min-saude.pt; Telefone: (351) 272 000 270/104; Fax: (351) 272 000 121 e PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS www.acingov.pt, disponibilizada pela ACIN – iCloud Solutions.
2. Todas as notificações e comunicações entre a Entidade Adjudicante ou o Júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas à fase de formação do contrato no âmbito do presente Programa do Procedimento devem ser escritas e redigidas em português e obrigatoriamente efetuadas através da Plataforma Eletrónica, por via do envio automático de mensagens eletrónicas, devendo as mesmas ficar disponíveis para consulta na área exclusiva respetiva.

Artigo 3.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar, de acordo com o art.º 36.º do CCP, foi tomada **em 18 de abril de 2024 pelo Conselho de Administração da ULSCB, E.P.E.**, no uso da competência que lhe é conferida decorrente do disposto nos Art.ºs 4.º e 11.º do decreto-lei n.º 318/2009, de 2 de novembro, conjugado com o disposto no decreto-lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.

Artigo 4.º - CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. A participação no presente concurso e o concomitantemente o acesso às peças do procedimento, é livre, completa e gratuita na PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS www.acingov.pt, utilizada pela entidade adjudicante, desde o dia da publicação do anúncio do procedimento no *Diário da República*.

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

2. Para que possam ter acesso e participar no presente procedimento, os interessados deverão fazer a sua acreditação na PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS www.acingov.pt. Para isso deverão aceder à página "www.acingov.pt", clicar em "[Aderir](#)" e preencher o formulário para fazer uma pré-inscrição. Após este passo, receberão na conta de email indicada as credenciais de acesso à plataforma acinGov, bem como a hiperligação para descarregarem o certificado digital avançado a instalar.
3. O processo do concurso encontra-se igualmente disponível para consulta no Setor de Contratação Pública da ULSCB, na morada indicada no art.º 2.º do presente programa, entre as 9:00 horas e as 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 de cada dia útil, salvo interrupções normais de expediente, desde o dia da publicação do anúncio, até ao prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. O acesso aos restantes documentos do procedimento, designadamente os relativos aos esclarecimentos e às retificações da autoria da Entidade Adjudicante, às suas decisões de prorrogação do prazo, às listas dos erros e omissões identificados pelos interessados, à lista dos erros e omissões aceites pela Entidade Adjudicante e às notificações e comunicações na fase prévia à apresentação das propostas, é reservado aos interessados registados e participantes no mesmo.
5. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto no n.º 1, desde o dia da publicação dos anúncios do procedimento no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
6. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.

Artigo 5.º - INSPEÇÃO AO LOCAL

1. Dentro do primeiro terço do prazo fixado para a entrega das propostas, poderão os Interessados solicitar, através da plataforma eletrónica identificada no **Artigo 4.º do presente Programa do Procedimento**, uma inspeção para avaliação do espaço e infraestruturas que se relacionem com o objeto dos fornecimentos e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições que influam no modo de efetuar o fornecimento e, se a ULSCB assim o entender serão acompanhados por um elemento por esta designado.
2. A visita solicitada realizar-se-á, imperativamente, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, e a data, local e hora para a sua realização será comunicada aos que a tiverem requerido com uma antecedência mínima de um dia.

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

3. Os Interessados não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos para condicionar a apresentação da sua proposta.

Artigo 6.º - ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado CCP, os Interessados poderão solicitar o esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, na plataforma eletrónica em uso pela ULSCB identificada no **Artigo 4.º** do presente Programa de Procedimento, até às 17.00h do dia em termina o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. No mesmo prazo previsto no n.º 1, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados nas peças do procedimento relativos aos elementos previstos no n.º 2 do artigo 50.º do CCP, com exceção dos referidos na alínea d) do mesmo normativo e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
3. Até às 17.00h do dia em que termina o segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - i. O Júri do concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados, ou pode prestá-los oficiosamente, por escrito, através da plataforma eletrónica;
 - ii. O Órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões identificadas, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, ou pode oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento.
4. A falta de resposta, até à data prevista no n.º 3, a pedidos de esclarecimento solicitados nos termos previstos no n.º 1 justifica a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, sem prejuízo do previsto no n.º 2 do artigo 64º do CCP.
5. Ao órgão competente para a decisão de contratar compete a identificação e decisão sobre os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, que, uma vez tomada, será publicitada na plataforma eletrónica utilizada pela ULSCB, e junta às peças de procedimento.
6. Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e às retificações devem ser juntos às peças do procedimento e disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela ULSCB.
7. Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações às peças do procedimento expressamente aceites fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

Artigo 7.º - CONCORRENTES E AGRUPAMENTO DE CONCORRENTES

1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas coletivas ou singulares, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas todos os membros do agrupamento serão solidariamente responsáveis perante a ULSCB, pela manutenção das suas propostas, com as legais consequências.
3. Qualquer alteração na composição do agrupamento terá de ser autorizada previamente pela ULSCB, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente Concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento Concorrente.
5. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento, todos os seus membros, e apenas estes, associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo, até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos:
 - 5.1 Cópia do contrato de consórcio;
 - 5.2 Procuração outorgada por todos os membros do Consórcio ao seu líder, com poderes para este proceder à faturação da prestação de serviços, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações da ULSCB ou seu representante, respeitantes ao contrato celebrado;
 - 5.3 Documento com a indicação da percentagem de participação de cada um dos elementos do agrupamento e a indicação do seu líder.

Secção II - PROPOSTAS**Artigo 8.º - PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada e identificada no **Artigo 4.º**, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, **até às 17:00:00 horas inclusive, do dia 01 de julho de 2024, conforme despacho do Concelho de Administração de 24.05.204**, sendo entregue aos Concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção com referência às respetivas data e hora.
2. A apresentação de propostas deverá ser realizada exclusivamente **por via eletrónica e através da PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS www.acingov.pt**, disponibilizada pela ACIN–iCloud Solutions, prevista nos termos do nº 1 do art.º 62º do CCP.

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

3. Em caso de dificuldade para aceder e utilizar a PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS, o concorrente deverá contactar o Serviço de Apoio ao Cliente da mesma através do Serviço de Apoio ao Cliente – 707 451 451 / apoio@acingov.pt.
4. Sem prejuízo do apoio técnico prestado pela entidade gestora da Plataforma Eletrónica, nos termos no número anterior, quaisquer circunstâncias que, não sendo imputáveis aos interessados ou aos concorrentes, impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a submissão da proposta na Plataforma Eletrónica, devem ser imediatamente comunicadas à Entidade Adjudicante, para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, acompanhadas da devida prova, para o endereço eletrónico concursos@ulscb.min-saude.pt, sob pena de não ser exequível a tomada das medidas necessárias a fim de os interessados ou concorrentes não serem prejudicados.
5. **Todos e cada um dos documentos submetidos na PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS deve ser assinado com recurso a aposição de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto nos n.ºs 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e com aposição de selos temporais, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 55.º desse mesmo diploma.**
6. Nos termos no n.º 5 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a mera assinatura eletrónica de ficheiros “zip.” ou equivalentes, que contenham vários documentos eletrónicos, não é suficiente, devendo tais documentos ser individualmente assinados nos termos referidos no número anterior.
7. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes dar cumprimento ao previsto no n.º 7 do artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, submetendo na PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, sob pena de exclusão.
8. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, deverá ser assinada eletronicamente pelo representante comum do agrupamento, devendo-se dar cumprimento ao previsto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP.
9. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo anexado à proposta dos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, nos termos do n.º 5 do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
10. Para efeitos de determinação da data e hora referidas no número anterior, ter-se-á em consideração o momento em que o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que as integram.
11. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem as propostas não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 2, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
 - a) No rosto do qual se deve indicar a designação do presente procedimento e a menção à Entidade Adjudicante;

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

- b) Que deve ser entregue diretamente por correio registado à Entidade Adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- c) Cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora, sendo disponibilizado ao interessado o respetivo comprovativo.

Artigo 9.º - DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PROPOSTA

- 1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos ou elementos, sob pena de exclusão:
 - 2.1. **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, acessível através do link: <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp>, e cujo documento pré-preenchido pela entidade adjudicante é disponibilizado com o presente procedimento em formato XML, sob a designação “ANEXO I- DEUCP Pré-Preenchido”;
 - 2.2. **Declaração de aceitação do Caderno de Encargos**, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO II** ao presente programa do procedimento;
 - 2.3. **Declaração com indicação do preço contratual global**, elaborada de acordo com o **ANEXO III** ao presente programa do procedimento, observando o disposto no Art.º 60.º do CCP;
 - 2.4. **Formulário de preços e demais elementos**, correspondente ao **ANEXO IV** ao presente programa do procedimento, devidamente preenchido pelo Concorrente, e que deverá atender ao estabelecido no caderno de encargos, discriminando:
 - 2.4.1. Designação dos serviços a prestar;
 - 2.4.2. Valor mensal dos serviços propostos, sem IVA Incluído;
 - 2.4.3. Preço global da proposta sem IVA Incluído, para um prazo de **36 (trinta e seis) meses**, de acordo com a regra estabelecida na **Cláusula 7ª n.ºs 1 a 3 do caderno de encargos, sendo este o preço que será objeto de avaliação no âmbito do critério de adjudicação definido no Artigo 13º do presente programa de procedimento;**
 - 2.4.4. Preço global da proposta sem IVA Incluído, para um prazo de 7 (sete) meses, de acordo com a regra estabelecida na **Cláusula 7ª n.ºs 1 a 3 do caderno de encargos;**
 - 2.4.5. Taxa de IVA aplicável;
 - 2.4.6. Condições de pagamento;
 - 2.4.7. Prazo de manutenção da proposta (expresso em dias);

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

- 2.4.8. Prazo de implementação do(s) serviços, e que deverá respeitar o disposto na **Cláusula 7ª n.º 4** do caderno de encargos;
- 2.5. **Descrição detalhada serviços propostos**, com a indicação (I) das mensalidades por serviço, (II) custos extra-plafond, (III) equipamentos necessários ao funcionamento do(s) serviço(s) proposto(s), que devem respeitar o disposto na **Cláusula 32.ª** do **caderno de encargos**.
- 2.6. **Declaração** com a identificação completa do concorrente ou de todos os membros do agrupamento, com os seguintes elementos: (I) endereço, (II) telefone, (III) telefax e ou de correio eletrónico, (IV) número de identificação de pessoa coletiva e (V) nomes dos titulares dos corpos gerentes e de outras pessoas com poderes para obrigar o concorrente, bem como, se for o caso, a (VI) indicação da entidade designada para representar o agrupamento.
- 2.7. Uma reprodução da **certidão permanente atualizada** do concorrente ou de todos os membros do agrupamento, da qual deverá resultar que quem assina a proposta tem poderes de vinculação do concorrente ou que conferiu esses poderes a um procurador, caso em que deve ser igualmente junto o respetivo instrumento de representação (procuração), com exceção dos casos em que o certificado digital utilizado permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura;
- 2.8. **Preenchimento do formulário principal da proposta na plataforma eletrónica**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 66.º da lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Os técnicos dos concorrentes afetos às demonstrações deverão estar aptos a prestar todos os esclarecimentos técnicos relativamente aos serviços objeto das demonstrações. As demonstrações servem para efeitos de avaliação, bem como para aferição do cumprimento das características técnicas constantes das Cláusulas Técnicas do Caderno de encargos.
4. Todos os encargos com a implementação/prestação de serviços objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário e deverão fazer parte do preço da proposta.
5. Os preços indicados na proposta são expressos em Euros e não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado.
6. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do Art.º 57.º do CCP.
7. Todos os documentos da proposta, têm obrigatoriamente de ser redigidos em língua portuguesa.
8. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos Interessados, nos termos do Art.º 66.º do CCP.
9. Os concorrentes não poderão apresentar propostas condicionadas sob pena de exclusão das mesmas.

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

Artigo 10.º - PROPOSTAS VARIANTES E PROPOSTAS PARCIAIS

1. Não é admitida a apresentação pelo Concorrente de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.
2. Os concorrentes deverão apresentar proposta para a totalidade de cada lote, não sendo admitidas propostas parciais no contexto de cada lote.
3. Para efeitos do disposto no Art.º 115.º, n.º 2, al. a) do CCP, no âmbito do presente procedimento não haverá lugar a negociações.

Artigo 11.º - PREÇO BASE

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, melhor identificados na **Cláusula 32.ª** do presente caderno de encargos e respetivas prestações complementares, para apresentação de proposta, e para o **prazo máximo de vigência do contrato (36 meses) e caso seja obtido em tempo útil a autorização para o encargos plurianual**, o preço base global é de **231.650,64€ (duzentos e trinta e um mil, seiscentos e cinquenta euros e sessenta e quatro centimos)**, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, repartido da seguinte forma, por lote:
 - a. 2024/2025 (doze meses): **77.216,88 € (setenta e sete mil, duzentos e dezasseis euros e oitenta e oito centimos)** acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor;
 - b. 2025/2026 (doze meses): **77.216,88 € (setenta e sete mil, duzentos e dezasseis euros e oitenta e oito centimos)** acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor;
 - c. 2026/2027 (doze meses): **77.216,88 € (setenta e sete mil, duzentos e dezasseis euros e oitenta e oito centimos)** acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor;
2. Em conformidade com o estabelecido na Cláusula antecedente, **caso não seja obtida em tempo útil a autorização para a assunção do encargo plurianual**, o preço base indicado no número anterior é de **45.043,18 € (quarenta e cinco mil, quarenta e três euros e dezoito centimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondente a um período de vigência de **7 (sete) meses**, com início na data da assinatura do contrato e termo em 31.12.2024.
3. O preço base, indicado nos números antecedentes, foi fixado na sequência de realização de consulta preliminar ao mercado, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP.
4. O preço base indicado nos números 1 e 2 do presente Artigo inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante pelo presente caderno de encargos, incluindo, designadamente, as despesas com pessoal e meios humanos, deslocações, alojamento, despesas de aquisição de produtos, meios técnicos ou tecnológicos, equipamentos, materiais, transportes, tal como como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

5. Constituirá causa de exclusão de proposta a apresentação de um preço superior ao preço base fixado e que correspondem ao valor máximo que a ULSCB se dispõe a pagar, por todas as prestações objeto do presente procedimento, bem como pelas obrigações acessórias como sejam as de garantia.
6. Pela prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, a ULSCB, pagará ao Adjudicatário, unicamente o resultado da aplicação dos preços unitários constantes da proposta adjudicada.

Artigo 12.º - PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Secção III - ADJUDICAÇÃO**Artigo 13.º - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, **sendo avaliado apenas o preço global da proposta (para o prazo de vigência de 36 meses)**.
2. Em caso de empate entre uma ou mais propostas apresentadas, é adjudicada a proposta seleccionada na sequência de sorteio, nos termos da alínea c) do nº 5 do artigo 74.º do CCP, a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes;
3. Para efeitos previstos na parte final do número anterior, o Júri do procedimento comunica aos interessados, com a antecedência mínima de 3 (três) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá o sorteio, para, querendo, os mesmos nele se fazerem representar, sendo que a não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização do sorteio nem de exclusão das respetivas propostas.
4. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma classificação. A ordem de extração dos cupões corresponde à ordenação das respetivas propostas dos concorrentes admitidos.

Artigo 14.º - JÚRI DO CONCURSO

1. O concurso será conduzido por um Júri, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do CCP.
2. O Júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação e o seu funcionamento rege-se pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 67.º e seguintes do CCP.
3. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, foram delegadas no Júri as seguintes competências:

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

- a) Prestação de esclarecimentos solicitados pelos Interessados necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, nos termos deste Programa do Procedimento e do artigo 50.º do CCP;
- b) Decisão de prorrogação do prazo de apresentação de propostas, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 64.º do CCP;
- c) Decisão sobre requerimentos dos Interessados para a classificação ou desclassificação de documentos que constituem as suas propostas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 66.º do CCP;
- d) Designação de peritos ou consultores internos para apoiar o Júri no exercício das suas funções, quer através da emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do CCP, quer mediante a participação, sem direito de voto, nas reuniões do Júri.

Artigo 15.º - ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS

1. O Júri do Concurso pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito da análise e avaliação das propostas apresentadas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.
3. O Júri deve solicitar aos Concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem comprovar factos ou qualidades anteriores à data da apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos de esclarecimento e de suprimento das irregularidades causadas por preterição de formalidades não essenciais, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica em uso pela ULSCB e identificada no **Artigo 4.º do presente Programa do Procedimento**, devendo todos os Concorrentes ser notificados dos mesmos, nos termos do n.º 5 do artigo 72.º do CCP.

Artigo 16.º - RELATÓRIO PRELIMINAR

1. O Júri do concurso, após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar, no qual propõe a ordenação, por ordem decrescente, das propostas apresentadas.

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

2. No Relatório Preliminar, o Júri do concurso também propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas pelos motivos previstos nos n.ºs 2 e n.º 3 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 17.º - AUDIÊNCIA PRÉVIA

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri notifica todos os Concorrentes para efeitos de audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.
2. Os Concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis após a notificação do Relatório Preliminar para se pronunciarem, por escrito, sobre o respetivo teor e conclusões.
3. O disposto no presente artigo não é aplicável se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º *ex vi* do previsto no artigo 147.º *in fine*, ambos do CCP.

Artigo 18.º - RELATÓRIO FINAL

1. Cumprido o disposto no ponto anterior, o Júri do concurso elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do procedimento procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.
3. O Relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final.
5. Os concorrentes são notificados do ato final do procedimento e do relatório final.

Artigo 19.º - ADJUDICAÇÃO

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise e avaliação das propostas.
2. No prazo de **10 (dez) dias úteis** contados a partir da notificação de decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação exigidos por lei e no artigo seguinte do presente Programa de Procedimento.

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

3. No prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da notificação de decisão de adjudicação, o Adjudicatário, querendo, deve pronunciar-se sobre a minuta do contrato.
4. O adjudicatário, caso aplicável, deve comprovar a prestação da caução junto da ULSCB no prazo máximo de **11 (onze) dias úteis** contados da notificação da decisão de adjudicação.
5. No prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da notificação de decisão de adjudicação, o Adjudicatário, deve apresentar os documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável.

Artigo 20.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

1. No prazo previsto no **Artigo 19.º n.º 2** do presente Programa do Procedimento, o Adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica em uso pela ULSCB e identificada no **Artigo 4.º do presente Programa do Procedimento**, os seguintes documentos de habilitação:
 - 1.1 **Declaração de habilitação**, conforme o modelo constante do **ANEXO V** do presente Programa do Procedimento;
 - 1.2 **Documentos exigidos nos termos das alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP:**
 - a) **Certidão de Registo Criminal atualizada** *[de pessoas singulares ou no caso de pessoas coletivas, das entidades e dos respetivos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções]*, nos termos das alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - b) **Declaração atualizada da situação contributiva perante a Segurança Social em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, de acordo com a alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - c) **Declaração da situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme a alínea e) do artigo 55.º do CCP.
 - 1.3 **Certidão da Conservatória do Registo Comercial atualizada**, comprovativa de todas as inscrições em vigor.
 - 1.4 **O Adjudicatário deverá comunicar à ULSCB o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor** para todas as fases da execução do contrato.
 - 1.5 **Declaração comprovativa, da pessoa com plenos poderes para outorgar o contrato em nome da Empresa**, onde conste nome, n.º do cartão de cidadão ou NIF, cargo que desempenha, ou no caso de um procurador, caso em que deve ser igualmente junto o respetivo instrumento de representação (procuração).

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

2. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos indicados nas alíneas a), b) e c) do ponto 1.2 do presente Artigo se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, conforme disposto no artigo 81º n.º 10 do CCP;
3. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa e o Adjudicatário preste à ULSCB o necessário consentimento, nos termos da lei.
4. Quando o Adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a ULSCB consulte a informação prevista nas alíneas b) e c) do ponto 1.2. do presente Artigo, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que a ULSCB, tem o contribuinte fiscal n.º 509 309 844, podendo com esse número o Adjudicatário formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito do número 1. da presente Artigo.
5. A ULSCB pode solicitar ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, a apresentação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
7. O prazo fixado no Artigo 19º n.º 2 do presente Programa do Procedimento para a apresentação dos documentos de pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
8. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, a ULSCB deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
9. Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação, com as legais consequências.
10. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo do previsto no número seguinte.

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

11. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
12. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, a apresentação dos documentos de habilitação deve observar o previsto no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
13. A ULSCB notificará todos os Concorrentes em simultâneo da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, devendo os mesmos ser disponibilizados para consulta na plataforma eletrónica em uso pela ULSCB.

Artigo 21.º - CAUÇÃO

1. É dispensada a prestação de caução pelo Adjudicatário, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do Art.º 88.º do CCP.
2. Ao abrigo do disposto no n.º 3 do Art.º 88.º do CCP e da **Cláusula 24.ª** do Caderno de Encargos, a ULSCB reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar.

Artigo 22.º - CONTRATO

1. Qualquer eventual reclamação à minuta do contrato apresentada pelo Adjudicatário é analisada nos termos do artigo 102.º do CCP e objeto de decisão pela ULSCB no prazo de 10 dias úteis a contar da receção da mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
2. No cumprimento do disposto no artigo 104.º, conjugado com o disposto no artigo 94.º n.º 1 ambos do CCP, a ULSCB comunicará o prazo, que não será inferior a 3 (três) dias, para a outorga e remessa do contrato através da Plataforma eletrónica, em suporte informático com aposição de assinatura eletrónica qualificada.

Artigo 23.º - DESPESAS E ENCARGOS

1. São encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta e à redução a escrito do contrato.
2. São ainda da conta do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à prestação de caução.

Artigo 24.º - DADOS PESSOAIS

1. Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e c) do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento de formação de contrato e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a Entidade Adjudicante se encontra adstrita, esta poderá tratar dados pessoais relativos ao concorrente, incluindo do seu representante, trabalhadores, agentes, subcontratados e

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

- consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
2. O concorrente é responsável por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável.
 3. O concorrente tem o direito, em qualquer altura, de solicitar à Entidade Adjudicante, através de mensagem de correio eletrónico para concursos@ulscb.min-saude.pt, o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.
 4. Os dados pessoais relativos ao concorrente, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados no prazo de 4 (quatro) anos, salvo exista obrigação legal ou contratual que justifique a conservação por prazo superior.

Artigo 25.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como pelas demais legislações complementares aplicáveis.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ULSCB

ANEXO I - DEUCP- PRÉ-PREENCHIDO- FORMATO XML

[a que se refere o ponto 2.1 do artigo 9.º]

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

[a que se refere o ponto 2.2 do Artigo 9.º]

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicação no JOUE ref.ª (identificação da referência do procedimento) tendente à celebração de um contrato para “(identificação do objeto do procedimento)”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

[data e assinatura digital qualificada]

ANEXO III - MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

_____ (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede _____, Pessoa colectiva nº _____, matriculada na Conservatória do registo Comercial de _____ sob o nº _____, com o capital social de _____, obriga-se a executar todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento _____, em conformidade com o caderno de encargos, pelo preço contratual de _____ Euros (por algarismos e por extenso) **para um período de 36 (trinta e seis) meses**, ou pelo preço contratual de _____ Euros (por algarismos e por extenso) **para um período de 7 (sete) meses, em conformidade com o estabelecido na Cláusula 7ª n.ºs 1 a 3 do caderno de encargos**, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela ULSCB nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supramencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

[Local], [Data]

[Assinatura]

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES
ANEXO IV - FORMULÁRIO DE PREÇOS E DEMAIS ELEMENTOS
QUADRO RESUMO

Descrição dos Serviços a Fornecer e Quantidades			Preço Base Mensal
Comunicações Fixas de Voz (15.000 min rede fixa nacional / 25.000 min para rede móvel nacional / 50€ mensais para comunicações adicionais)			€
Comunicações de Dados TPA	7 cartões		€
Serviço Online SMS	30.000 SMS / mês		€
Serviço de Televisão (400 pontos TV com canais desportivos)			€
Serviço Banda Larga Fixa (acesso independente ≥ 500 MB)			€
Comunicações Voz/Dados Móveis	Tarifário Máximo	5 Cartões	4000 Min/SMS 30 Gb Dados €
	Tarifário Intermédio	30 Cartões	2000 Min/SMS 15 Gb Dados €
	Tarifário Mínimo c/ Dados	25 Cartões	200 Min / SMS 1 Gb Dados €
	Tarifário Mínimo s/ Dados	80 Cartões	200 Min/SMS €
Comunicações Banda Larga Móvel	12 Cartões + Equipamentos	Min. 30 Gb	€
	1 Cartão + Equipamento	Min. 2 Gb	

Preço Global da Proposta sem IVA incluído, para um prazo de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com a regra estabelecida na Cláusula 7ª n.ºs 1 a 3 do Caderno de Encargos, sendo este o preço que será objeto de avaliação no âmbito do fator preço do critério de adjudicação	€
Preço Global de Proposta , sem IVA incluído, para um prazo de 7 (sete) meses, de acordo com a regra estabelecida na Cláusula 7ª n.ºs 1 a 3	€
Taxa De IVA aplicável	%
Prazo de Manutenção da Proposta (expresso em dias úteis)	
Condições de Pagamento (expresso em dias seguidos)	
Prazo de implementação do serviço (expresso em dias úteis) que deverá respeitar o prazo previsto no caderno de encargos	

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES
QUADROS DISCRIMINATIVOS, POR TIPOLOGIA DOS SERVIÇOS A PRESTAR

Serviço	Tipo Acesso / Quantidades		Preço Base Unitário Mensal	Preço Base Mensal Global / Acesso
Comunicações Fixas de Voz	Acesso Primário	3	€	€
	Acesso Básico	13	€	€
	Linha Analógica	24	€	€
	Gamas 10 DDI's	130	€	€
	Pacote Minutos - 15.000 minutos rede fixa nacional / 25.000 minutos para rede móvel nacional		€	€
	Plafond Comunicações Tráfego não elegível			€
Preco Base Mensal Global				€

Serviço	Quantidades	Preço Base Unitário Mensal	Preço Base Mensal Global / Acesso
Cartão TPA	7	€	€
Preço Base Mensal Global			€

Serviço	Quantidades	Preço Base Unitário Mensal	Preço Base Mensal Global / Acesso
Serviço Online SMS	30.000 SMS rede móvel nacional	€	€
Preço Base Mensal Global			€

CONCURSO PÚBLICO N.º 7187524
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA A ULSCB DURANTE 36 MESES

Serviço	Quantidades	Preço Base Unitário Mensal	Preço Base Mensal Global / Acesso
Televisão (Canais RF)	400 Pontos de TV	€	€

Preço Base Mensal Global €

Serviço	Quantidades	Preço Base Unitário Mensal	Preço Base Mensal Global / Acesso
Banda Larga Fixa	1 Acesso >= 500Mbps	€	€

Preço Base Mensal Global €

Serviço	Tarifário / Quantidades		Plafonds	Preço Base Unitário Mensal	Preço Base Mensal Global / Acesso
Comunicações Voz / Dados móveis	Máximo	5 Cartões	4000 Min/SMS	€	€
			30Gb Dados		
	Intermédio	30 Cartões	2000 Min/SMS	€	€
			15Gb Dados		
	Mínimo c/ Dados	25 Cartões	200 Min/SMS	€	€
			1Gb Dados		
	Mínimo s/ Dados	80 Cartões	200 Min/SMS	€	€
			N/A		
	Plafond Comunicações Tráfego não elegível				€

Preço Base Mensal Global €

Serviço	Quantidades / Plafond		Preço Base Unitário Mensal	Valor Mensal Total / Acesso
Banda Larga Móvel	12 Cartões	30 GB	€	€
	1 Cartão	2 GB	€	€

Preço Base Mensal Global €

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO*[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]*

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a Concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.